

## Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult**

### ✓ I – Apresentação

No dia 10/10/2019, as Comissões Extraordinária de Turismo e Gastronomia, de Cultura e de Desenvolvimento Econômico receberam Marcelo Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

### ✓ II – Presenças

- **Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia:** deputados Professor Irineu (presidente da comissão e da reunião), Gustavo Mitre (vice-presidente), Mauro Tramonte e Virgílio Guimarães.
- **Comissão de Cultura:** deputados Bosco (presidente da comissão), Professor Wendel Mesquita (vice-presidente), Marquinho Lemos e Mauro Tramonte.
- **Comissão de Desenvolvimento Econômico:** deputada Laura Serrano e deputado Virgílio Guimarães.
- **Demais deputados presentes:** deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola e Laura Serrano e deputados Antonio Carlos Arantes, André Quintão, Bartô, Celinho Sintrocel, Coronel Henrique, Doutor Jean Freire, Fernando Pacheco, Marquinho Lemos, Raul Belém, Roberto Andrade, Raul Belém, Fernando Pacheco, Bartô e Coronel Henrique.

✓ **III – Discussões**

O secretário de Estado de Cultura e Turismo fez um balanço das ações empreendidas de junho – depois do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – a outubro, afirmando seu otimismo no potencial que as políticas públicas de cultura e turismo têm para o incremento do desenvolvimento do Estado, sobretudo agora que estão integradas em uma gestão conjunta.

A maioria dos parlamentares concordou com essa avaliação, apesar de parte deles terem realçado seu ceticismo inicial quando da junção das Secretarias de Cultura e de Turismo no processo de reforma administrativa. O secretário ressaltou a capacidade e qualificação da equipe técnica que o auxilia e assessora e chamou a atenção para a incorporação da museóloga Célia Corsino aos quadros da secretaria.

O secretário reafirmou sua missão de fazer cumprir o dever do Estado de fomentar a cultura e a economia criativa como ferramentas para o desenvolvimento e transformação da matriz econômica do Estado, frisando que, nessas áreas, a cada dólar investido, há retorno de, pelo menos, quatro vezes mais em benefício da sociedade e em parâmetros mais rápidos do que o investimento em outras áreas.

Balanço de atividades e resultados alcançados no período, conforme relatado pelo secretário Marcelo Matte:

- Fundação Clóvis Salgado – adequação de diferentes espaços e obras de infraestrutura; proposta de utilização de direitos de nome (“naming rights”<sup>1</sup>) pela Cemig;
- Reforma do telhado do edifício utilizado como sede da Biblioteca Pública Estadual;
- Conclusão das obras de restauração da Fazenda Boa Esperança, bem cultural tombado de

1 Os direitos de nome ou “naming rights” implicam na utilização da denominação de uma empresa ou produto em um estabelecimento cultural, esportivo ou de outra natureza, por meio da concessão onerosa, compra ou aluguel do espaço, como no caso do “Chevrolet Hall” entre outros exemplos.

propriedade do Estado;

- Redefinição dos conceitos e do modelo de gestão do Circuito Liberdade, bem como programação de novos espaços;
- Reabertura do Palácio da Liberdade ao público, com ampliação da visitação;
- Articulação para prorrogação do Convênio Confaz ICMS nº 19 em relação aos segmentos produtivos cujos prazos venceram em 31/12/2018 (aproximadamente 35% de todo o incentivo fiscal). Esse convênio, que estende a validade desse prazo até setembro de 2019, foi convalidado no Estado pelo Decreto nº 467.650, de 20/5/2019. O secretário também relatou que o órgão está se articulando com a área de Fazenda para que, em âmbito federal haja, edição, em breve, de convênio específico para manutenção do incentivo à cultura de forma permanente.
- Criação e treinamento de força-tarefa para atualizar toda a documentação da prestação de contas dos mecanismos de incentivo à cultura do Estado junto ao Tribunal de Contas;
- Liberação de R\$8 milhões (do montante de R\$8,5 milhões) dos recursos do Fundo Estadual de Cultura de anos anteriores inscritos em restos a pagar ou com pagamento pendente;
- Lançamento do Edital Filarmônica – Edital Secult nº 1/2019 – para a gestão daquele equipamento cultural;
- Renovação dos convênios do programa Bandas de Minas e compra de instrumentos para as bandas do interior do Estado;
- Museu seguro, edital para segurança em espaços culturais relevantes para as comunidades, com especial atenção para o seu engajamento e conscientização para que essa proteção e cuidado sejam efetivos, por exemplo, por meio de brigadas voluntárias e associações de amigos;

- Empresa Mineira de Comunicação – estudo sobre a articulação institucional e demais questões jurídicas relacionadas à fusão entre a Rádio Inconfidência e a TV Minas. No que se refere à Rádio AM, o secretário acusou o recebimento do Relatório do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza e ressaltou a inclusão da retomada das atividades dessa banda de transmissão na previsão orçamentária para 2020;
- O Arquivo Público Mineiro, que teve parte de seu acervo roubado, recuperou a maior parte dos documentos perdidos em decorrência da atuação conjunta do Ministério Público e instituições policiais;
- No que se refere às emendas parlamentares destinadas à cultura, o percentual de execução superou 90% dos valores aprovados;
- Lançamento de plataforma de EaD para a formação na área cultural, potencializando a atuação da equipe técnica da secretaria;
- Criação da marca “Minas”, para divulgação turística do Estado;
- Lançamento do edital de concessão do edital do Minascentro.

O secretário e os parlamentares salientaram os principais pontos de atenção, que listamos a seguir, para o desenvolvimento de programas e projetos das áreas de Cultura e Turismo.

### **1) Direitos culturais**

Foi discutida a importância da participação estatal no fomento e dinamismo da cultura e das diferentes expressões que caracterizam a diversidade mineira, em especial quando se considera o desinvestimento federal na área. Mesmo diante de alguns questionamentos sobre a natureza de certos investimentos realizados pelo Estado, como no caso da Filarmônica, o secretário reforçou que seu compromisso é com a ampliação dos equipamentos existentes, nunca com o fechamento e que, para isso, está buscando parcerias com a iniciativa privada, entre outras possíveis colaborações institucionais. Ressaltou a revisão conceitual sobre o Circuito Liberdade e sua

possível ampliação, bem como uma gestão mais eficiente para a Fundação Clóvis Salgado.

Segundo o secretário, os prédios que integram o Circuito Liberdade agregam grande valor, mas estão sujeitos a riscos por problemas diversos na estrutura em alguns deles. Estão previstas novas ofertas de serviços e espaços culturais como o Museu do Café, com a utilização de recursos do BDMG, Funcafé e de operadores privados de plantio, distribuição e processamento nacionais e multinacionais que possam manter o museu com recursos próprios. Outras iniciativas planejadas são o Museu da Eletricidade e a reformulação do uso do 2º andar do prédio conhecido como “Rainha da Sucata”, que constituem possibilidades de conciliar a preservação do patrimônio com o dinamismo das ações culturais nos bens tombados. Para tanto o secretário afirma a necessidade de se construir uma nova modelagem jurídica de cessão e utilização dos espaços para substituir a vigente, que suscitou questionamentos diversos na Justiça.

Ainda com relação ao Circuito Liberdade, foi mencionado pelos parlamentares que um prédio abandonado de propriedade do Estado poderia ser afetado à Secult e cedido ao Minas Tênis Clube para a criação do Museu do Esporte, que abrigaria também um centro de capacitação de professores de educação física. O secretário corroborou essa possibilidade e afirmou apoio ao projeto, no que concerne às competências da secretaria.

O secretário reconheceu a importância de valorizar e divulgar o Museu Casa de Cabangu, que abriga também a casa onde nasceu o aviador Santos Dumont e propôs o que o acervo do museu possa ser itinerante, ou seja, que passe por diversos museus mineiros, como forma de divulgá-lo.

Os parlamentares lembraram que, em breve, duas importantes efemérides deverão ter seu planejamento e comemoração iniciados: os 300 anos da Capitania de Minas Gerais e os 200 anos da Independência do Brasil.

Além disso, os deputados cobraram a realização de eventos de grande importância regional, notadamente o Festival e o Mucuriarte, cujo orçamento foi viabilizado por emendas populares no processo participativo do PPAG na Assembleia. O secretário se comprometeu a verificar a viabilidade da execução dessas emendas ainda em 2019, se não houver impedimento jurídico. No

caso do Festivale, foi mencionado que alguns entraves relativos à documentação poderão adiar a consecução do apoio para o ano que vem.

Sobre a Política Estadual de Cultura Viva, de que trata a Lei nº 22.944, de 2018, e ainda não regulamentada, o secretário afirmou o compromisso de concluir essa regulamentação até o final de 2019.

### **Posicionamento do secretário**

Busca por ampliação de parcerias na gestão dos equipamentos e espaços culturais sob a responsabilidade do Estado.

Manutenção dos espaços existentes e, sempre que oportuno, viabilizar ampliação nos escopos de atuação.

Regulamentação do Programa Cultura Viva em Minas Gerais, nos termos da Lei nº 22.944, de 15/1/2018, até dezembro de 2019.

Reestruturação do Circuito Liberdade, de forma a possibilitar a conservação das edificações e otimizar a oferta cultural.

Iniciativa de promover a itinerância do acervo do Museu Casa de Cabangu, em Santos Dumont.

Esforço para execução das emendas populares dos eventos Mucuriarte e Festivale.

Apoio à criação do Museu do Esporte sob a gestão do Minas Tênis Clube.

RQN nº 3.346/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os investimentos estatais realizados na Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e os resultados alcançados, bem como sobre os objetivos do edital Orquestra de Minas (Edital Secult nº 1/2019).

RQC nº 5.060/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja realizada audiência pública para subsidiar a regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva, criada pela Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018.

RQN nº 3.329/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o projeto de construção do memorial em homenagem às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho, idealizado pela secretaria de que é titular.

RQN nº 3.353/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam instituídos grupos de trabalho com vistas ao planejamento das efemérides 300 anos da Capitania de Minas Gerais e 200 anos da Independência do Brasil.

RQN nº 3.349/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a gestão atual do Circuito Liberdade e os novos equipamentos culturais a serem a ele integrados.

RQN nº 3.352/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a execução das emendas populares referentes aos eventos Mucuriarte e Festivale, aprovadas na revisão de 2019 do PPAG 2016-2019.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

## **2) Patrimônio cultural**

O secretário e os parlamentares ressaltaram a importância do patrimônio cultural mineiro como testemunho da história da ocupação do Estado, referência identitária para nossos grupos formadores e, também, como um recurso estratégico para o desenvolvimento, sobretudo quando alinhado aos valores do desenvolvimento sustentável.

Para tanto, é mister estimular as comunidades para que valorizem e protejam esses testemunhos, de modo a que não se repitam casos de incêndio, furto e vandalismo, que descaracterizam ou destroem os bens culturais dessas comunidades.

Na oportunidade do debate sobre patrimônio cultural, os parlamentares solicitaram informações atualizadas sobre a situação do Vapor Benjamim Guimarães, bem como sobre a iniciativa de construção de um memorial para homenagear as vítimas do rompimento da barragem dos rejeitos de mineração ocorrida em Brumadinho. Sobre o primeiro objeto de questionamento, o secretário informou que foi aprovada emenda parlamentar na Câmara dos Deputados, no valor de R\$5 milhões, para a recuperação e conservação do vapor, mas o processo para liberação dos recursos é de responsabilidade do Iphan e que compete ao Estado a elaboração de projeto executivo, por intermédio do Iepha. Com relação ao memorial, esclareceu que a iniciativa é da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e que o projeto não se restringirá a preservar a memória das vítimas, criando também a possibilidade de geração de nova atividade econômica na região, relacionada ao cultivo de plantas floríferas.

Foi indagado ao secretário se a Secult tem planos para colaborar na preservação das obras e edificações que compõem o patrimônio cultural das cidades do interior do Estado, de forma a estimular a fruição desse patrimônio. Marcelo Matte anunciou que há um projeto, em fase de elaboração pelo Iepha em parceria com a Cemig, para equipar os centros históricos das cidades mais representativas em relação à relevância do patrimônio, mas também os de pequenas cidades, com cabeamento estruturado para conexão de internet e cabeamento elétrico aterrado, possibilitando a oferta gratuita de internet e a atratividade turística nos municípios. A previsão é que sejam investidos, com o apoio da iniciativa privada, R\$10 milhões por município.

Com relação aos pequenos municípios, foi salientada pelo secretário a necessidade de aprimorar os mecanismos legais de distribuição da parcela da receita do ICMS pertencente aos municípios (Lei nº 18.030, de 2009), no tocante ao critério ICMS Cultural, visando a tornar a política de proteção do patrimônio cultural mais eficaz. No entanto, parlamentares afirmaram que há casos em que a verba do ICMS não é suficiente para garantir a integridade e conservação dos bens. Seria necessário maior investimento por parte do Estado, o que contribuiria, na ponta, para potencializar a economia criativa e o turismo no interior.

Em decorrência da repercussão do incêndio ocorrido no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a segurança dos espaços museológicos e outros temas de natureza semelhante foram bastante abordados na reunião. Em resposta, o secretário asseverou que há um edital em andamento e dois a serem lançados até o final de novembro de 2019 cujo objeto é o treinamento de brigadas de incêndio, gestão de riscos, além de prevenção de roubos e intrusões.

Alguns parlamentares mencionaram a importância de valorizar e salvaguardar as manifestações culturais mineiras, como o Congado, a Folia de Reis, as Marujadas, além de festas regionais e bens imateriais de maneira geral, em sintonia com o desenvolvimento social e de forma permanente, não só por meio de editais sazonais. O secretário corroborou essa preocupação, reafirmando que a diversidade é o mais importante ativo do Estado e deve ser valorizada, mas o orçamento é restritivo e as dotações de custeio do próximo exercício deverão ser equivalentes às de 2019.

Os deputados propuseram incentivar a realização do Carnaval no âmbito da política de cultura do Estado. O secretário mencionou que o Estado tenta viabilizar, na Capital, o acesso a um espaço pertencente à Codemge, para apoio às atividades do Carnaval em Belo Horizonte.

### Posicionamento do Secretário

Estabelecimento de mecanismos de fomento para ações de segurança em museus e outros bens culturais relevantes.

Valorização dos centros históricos e outros conjuntos patrimoniais relevantes para Minas Gerais.

Apoio às atividades do carnaval em Belo Horizonte.

RQN nº 3.347/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o planejamento das ações e o cronograma de execução do projeto de adequação de espaços culturais relevantes para as comunidades e para o Estado às normas de segurança e de prevenção contra incêndio, notadamente sobre os editais direcionados aos museus e às igrejas.

RQN nº 3.399/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia) – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os projetos de aterramento de cabeamento nos centros históricos tombados de cidades do interior do Estado.

RQN nº 3.348/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as ações de recuperação dos documentos furtados do Arquivo Público Mineiro e as medidas para prevenção de ocorrências dessa natureza.

RQN nº 3.350/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - Iepha - pedido de informações sobre o planejamento, no que compete ao Estado, das ações de recuperação e reforma do Vapor Benjamin Guimarães, no Município de Pirapora.

RQN nº 3.351/2019 (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - pedido de informações sobre a liberação de recursos, já viabilizados por emenda parlamentar, para execução de projetos de restauração do Vapor Benjamin Guimarães, no Município de Pirapora.

RQN nº 5.059/2019 (Comissão de Cultura) - Requer seja realizada visita ao Vapor Benjamin Guimarães, no Município de Pirapora.

### 3) Sistema Estadual de Cultura (organização e financiamento)

Entre os objetivos estratégicos da secretaria está a desconcentração dos investimentos, e uma das principais ações será o lançamento de editais específicos do Fundo Estadual de Cultura para municípios e regiões de baixo IDH no Estado, de forma a promover uma divisão mais equânime dos recursos e melhor distribuição no território. Segundo o secretário, o lançamento de editais setoriais para fomento a atividades culturais também contribuirão para promover uma distribuição mais justa dos recursos nas diversas regiões do Estado.

Os parlamentares mencionaram diferentes iniciativas existentes em Minas Gerais que revelam a diversidade de linguagens e expressões artísticas e culturais no território mineiro. Na maior parte dos casos, no entanto, essas iniciativas não têm uma rede de apoio estruturada e coerente com a

qual contar, o que reforça a importância da ação concertada dos diferentes níveis de governo.

No caso do Estado, a articulação com os municípios poderá provê-los da necessária assessoria ou acompanhamento na formulação de programas e planejamento dos investimentos, de modo que o Sistema Estadual de Cultura se torne uma realidade.

Os parlamentares ressaltaram também a importância do Plano Estadual de Cultura, instituído pela Lei nº 22.627, de 2017, como instrumento de planejamento de Estado e não de governo, reafirmando que ele se destaca relativamente aos demais planos aprovados no Brasil. O plano mineiro completou dois anos de vigência em julho de 2019 e foi construído de forma democrática, com a participação de diversas entidades vinculadas ao setor e regiões do Estado. No entanto, para avaliar a efetividade do conjunto das ações nele previstas, são necessárias medidas de acompanhamento e monitoramento, incluindo-se a criação e disponibilização de indicadores que viabilizem esse acompanhamento por parte da sociedade.

O secretário salientou a importância da participação popular na elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas, por intermédio dos conselhos, e afirmou que, até o final de 2019, serão elaborados os indicadores em conjunto com o Fórum de Políticas Culturais e que o Consec realizará o monitoramento das ações do plano.

A Comissão de Cultura, por intermédio de seu presidente, colocou-se à disposição do Poder Executivo para colaborar no processo de avaliação da implementação do Plano Estadual de Cultura referente ao primeiro biênio de sua vigência, com a participação da sociedade civil.

Questionado sobre as ações desenvolvidas pela Secult para promover o incentivo a projetos culturais, em conformidade com a Lei nº 22.944, de 2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva, o secretário Marcelo Matte asseverou que, não obstante as restrições orçamentárias, o Estado pretende promover incentivos para um conjunto diversificado de iniciativas na área cultural, perfazendo R\$108 milhões em investimentos. Ele mencionou editais de saída em andamento e a serem publicados até o final de dezembro, destacando-se os seguintes: Museu seguro; Culturas populares

e tradicionais; Exibe Minas (mostras e festivais de cinema); Música de Minas; Prêmio Minas de Literatura; Circula Minas; Cena Minas; Fomento ao audiovisual. O secretário afirmou que posteriormente poderia detalhar melhor o escopo dos 16 editais nessa situação.

Salientou-se a importância de ampliar a participação da iniciativa privada no financiamento da cultura, simplificar a burocracia dos processos e divulgar às empresas de porte médio os benefícios de apoiar eventos culturais com verbas incentivadas ou não, pois reconhecidamente tais ações agregam valor às marcas e valorizam a conduta de responsabilidade social das empresas.

Por fim, os parlamentares afirmaram que a geração de uma nova matriz econômica com a união de turismo, cultura e gastronomia tem o potencial de impulsionar a atratividade de investimentos no Estado.

#### Posicionamento do Secretário

Articulação e parceria com os municípios, para estímulo e fomento à cultura no Estado.

Implementação continuada, avaliação e revisão do Plano Estadual de Cultura.

Descentralização dos investimentos.

**RQN nº 3.354/2019** (Comissão de Cultura) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam desenvolvidas ações de descentralização e implantação do Sistema Estadual de Cultura, em parceria com os municípios.

**RQC 5.046/2019** (Comissão de Cultura) – Requerem seja realizada audiência pública para subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do 7º da Lei nº 22.627, de 31/7/2017, com debates sobre o tema "Sistema de financiamento da cultura: incentivo fiscal, Fundo Estadual de Cultura e critérios dos editais".

**RQN nº 5.061/2019** (Comissão de Cultura) — Requerem seja realizada audiência pública para debater os direitos culturais a fim de subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do art 7º da Lei nº 22.627, de 31/7/2017.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

#### 4) Turismo

O secretário defendeu que o turismo, a gastronomia e a chamada economia criativa são fontes potenciais de diversificação produtiva e transformação da matriz econômica. Apontou a escassez de mão de obra qualificado no setor de turismo.

Informou que havia acabado de ser publicado edital para concessão do Minascentro, importante centro de convenções na capital do Estado que se encontra fechado por necessidade de reformas e manutenção. Informou também a iminência do projeto Voe Minas, de avião regional, com novo modelo de financiamento, sem desembolso direto de recursos por parte do governo do Estado. Afirmou que trabalhará para melhorar a conectividade aérea do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, destacando o novo voo entre Belo Horizonte e Fort Lauderdale, nos EUA.

Destacou a criação de marca do Turismo de Minas, bem como de vídeo promocional do Estado. Apontou a necessidade de incremento da visitação turística no Estado, inclusive de estrangeiros. Segundo ele, Minas Gerais acaba sendo prejudicado por problemas de imagem de outras unidades da federação, como violência.

Os parlamentares defenderam políticas específicas para atrair turistas dos países que vêm sendo isentados da exigência de visto prévio para visita ao Brasil e ressaltaram o potencial do turismo religioso. Questionaram a concepção estrutural do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, e afirmaram ser necessário facilitar o seu acesso por via terrestre para aumentar o fluxo de passageiros. Levantaram a hipótese de que talvez o Aeroporto da Pampulha pudesse voltar a operar voos regulares.

Outro ponto questionado foi a ênfase que o vídeo de promoção turística de Minas Gerais deu à porção centro-sul do Estado, em detrimento de outras regiões ao norte. O secretário afirmou que verificaria se alguma região do Estado não havia sido representada suficientemente no vídeo e que alteraria o conteúdo, caso identificasse a necessidade.

Os parlamentares reforçaram a importância do trem BH-Brumadinho. O secretário afirmou que está aguardando manifestação da Vale e que o poder público não deve permitir que ocorram com atrasos nessa linha de trem. Manifestou sua desaprovação em relação aos atrasos que ocorrem com a Fundação Renova e as reparações ao acidente de Mariana.

Os deputados indicaram a necessidade de melhoria na infraestrutura de equipamentos turísticos como o Pico do Ibituruna e o Parque Sete Salões. O secretário afirmou que a concessão de parques

estaduais para incrementar a visitação é compromisso da atual gestão do Estado e que a infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce será melhorada.

A possibilidade de retorno do projeto Voe Minas foi elogiada por parlamentares, que defenderam a reativação do trecho Araçuaí a Ponta de Areia da ferrovia Bahia–Minas. Além disso, destacaram a importância da região do Lago de Furnas para o turismo no Estado. O secretário afirmou ser necessária a formação de pessoal para atuar no turismo na região do Lago de Furnas e ponderou que o turismo na região depende também de fatores naturais como o nível de água do lago.

#### **Posicionamento do Secretário**

Conceder ao menos 10 parques estaduais para a gestão da iniciativa privada.

Revisar o vídeo de promoção turística do Estado, de modo a refletir a diversidade das manifestações culturais e das identidades das regiões dos “Gerais”.

Melhorar a conectividade do acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins.

Incentivo à participação das companhias aéreas para retomada e incremento do Programa Voe Minas.

Concessão do Minascentro para a gestão da iniciativa privada.

Melhoria do acesso viário ao Parque do Rio Doce.

#### **RQN nº 3.385/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de atração de novos voos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins).

#### **RQN nº 3.386/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de melhoria de infraestrutura nos equipamentos turísticos do Pico do Ibituruna e no acesso a esse local.

#### **RQN nº 3.389/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a volta do Voe Minas, inclusive sobre seu formato de financiamento.

#### **RQN nº 3.390/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de concessão do Minascentro, inclusive sobre o seu cronograma.

#### **RQN nº 3.392/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as iniciativas da Pasta dirigidas para a iniciativa privada e o setor público para facilitar o acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins).

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

**RQN nº 3.397/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o processo de concessão dos parques estaduais e seu impacto esperado no turismo do Estado.

**RQN nº 3.371/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para apoiar a realização do Carnaval no interior do Estado, em Belo Horizonte e em sua região metropolitana.

**RQN nº 3.373/2019 (Comissão de Turismo e Gastronomia)**

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja revisto o conteúdo dos vídeos institucionais e de promoção turística da nova marca Minas , de modo a integrar as paisagens, os modos de fazer e viver e as celebrações de todos os grupos formadores da sociedade mineira, com particular atenção para as regiões das Gerais.